

Após adiamento, TCU libera publicação de edital do 5G

Operadoras prometem lançar as primeiras redes da nova geração no fim do ano

Por Murillo Camarotto e Ivone Santana — De Brasília e São Paulo
26/08/2021 05h01 Atualizado há 5 horas

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou oficialmente ontem os estudos referentes ao leilão da tecnologia 5G para telefonia móvel. Com o aval, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deve publicar em até duas semanas o edital do certame, que será realizado em outubro e promete movimentar investimentos de R\$ 45 bilhões.

As operadoras de telecomunicações gostaram da decisão do TCU, embora tenham alguns pontos de preocupação. Mesmo assim, estão prontas para participar do leilão e afirmam que as primeiras redes 5G poderão ser ligadas já no fim deste ano em algumas capitais, segundo fonte do setor.

A decisão do órgão de controle foi adiada por uma semana após o pedido de vista apresentado no último dia 18 pelo ministro Aroldo Cedraz. Ele apontou uma série de falhas nos estudos, especialmente relacionados ao cálculo de preço das faixas de frequência que serão leiloadas. A seu ver, o modelo aprovado representará um desperdício de mais de R\$ 30 bilhões em investimentos.

“Distorções não são apenas casos extremos e pontuais, mas erros grosseiros”, afirmou Cedraz, em um longo voto alternativo apresentado aos seus pares.

Apesar dos apelos feitos durante mais de três horas, o restante dos ministros aprovou sem contestações o parecer do relator, Raimundo Carreiro. Ele divergiu da área técnica do TCU, que também viu falhas na precificação das faixas e se posicionou contrária à inclusão, no edital, da obrigatoriedade de construção de uma rede privativa para a administração pública federal. O fato de ter ignorado a área técnica surpreendeu as operadoras.

O relator argumentou em seu voto que entendia as ponderações dos técnicos, mas que não seria o caso de o TCU interferir na metodologia de precificação definida previamente pela Anatel.

Carreiro aproveitou a sessão de ontem para alterar uma decisão tomada na última quarta-feira. Na ocasião, ele determinou que a conectividade das escolas públicas fosse incluída entre as obrigações das operadoras previstas no edital. Na nova versão do voto, o relator inseriu a medida apenas como recomendação.

A manobra, no entanto, já estava combinada com o ministro das Comunicações, Fábio Faria. Apesar de tratar-se apenas de uma recomendação, a medida será acatada, em uma “reverência” ao Tribunal de Contas.

Para as teles, faltam informações sobre quais os níveis escolares e escolas serão contempladas pelo programa, se o compromisso prevê levar fibra até a porta das escolas ou ir além, incluindo computadores para os estudantes e Wi-Fi.

Faria disse ontem que o serviço 5G estará disponível em todas as capitais e nas cidades mais populosas. Para os municípios menores, lembrou ele, foi incluída a obrigação das operadoras de levar a tecnologia 4G. O ministro também se comprometeu a conectar todas as escolas e postos de saúde do país à internet.

Legalmente, a publicação de um edital de desestatização - que é o caso do 5G - não precisa de autorização prévia do TCU, mas a prática se tornou praxe nos últimos anos para evitar questionamentos posteriores no órgão.

Pelo modelo da licitação, o governo calcula o preço de cada faixa de frequência e “desconta” desse montante os investimentos que serão necessários durante a execução do contrato, em 20 anos. Pelo que foi aprovado, o preço mínimo dos lotes somados será de R\$ 8,6 bilhões, que somados aos investimentos de R\$ 37 bilhões chegam a de R\$ 45,6 bilhões.

As operadoras aguardam com preocupação como será avaliado o edital de acordo com os novos parâmetros do TCU. Segundo o **Valor** apurou, elas querem saber se os valores finais do leilão serão muito diferentes ou próximos do que a Anatel havia enviado ao Tribunal. O tempo de depreciação dos ativos e a taxa a ser usada indicados pelo relator afetam os valores.

Outra preocupação das teles é referente à modalidade de atendimento dos compromissos do Programa Amazônia Integrada e Sustentável (Pais). Está indefinido também como será a entidade que vai fazer a gestão dos compromissos (EAF). Detalhes como estruturação da governança e como administrar compromissos tão diferentes entre si causam desconforto entre as empresas.